



SINDICALISMO E SINDICATOS DOCENTES NO BRASIL: Modos de Subjetivação Docente¹

Vania Tanira Biavatti²

Há quem diga que vivemos uma crise mundial gerada em grande parte pela constatação de que os avanços materiais da ciência se encontram quase sempre acompanhados de contrapartidas negativas. Quer isso seja discurso de vontade ou fato concreto, é um efeito às limitações das instituições modernas para solucionar problemas, provocados ou não pela própria ciência.

As promessas iluministas de que o uso da razão seria o caminho incondicional para o bem-estar social e político, bem como resultaria em emancipação humana, aceitas como uma promessa de futuro melhor, estiveram no mínimo equivocadas. A percepção crítica sobre um mundo antes racionalmente pleno de possibilidades resultou em profundas

¹ Este artigo é uma comunicação de pesquisa de doutorado em andamento.

² Professora titular da Universidade regional de Blumenau/FURB. Mestre em educação, doutorando do programa de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, sob orientação do professor Dr. Edson Passetti.

alterações emergentes principalmente dos movimentos contraculturais e antimodernistas do final dos anos 60.

Precisamente após 1968³, as mutações provocadas na sensibilidade, nas práticas e formações discursivas passam a instituir outras formas de ver e viver. Para Deleuze⁴, passou-se a experimentar outros modos na relação teoria-prática, que não mais aqueles de concepções totalizadoras em que ora se concebia a prática como aplicação da teoria, ora como o que lhe devia inspirar⁵. As implicações disso fazem surtar universalidades e, conseqüentemente as representatividades que lhe são o fundamento.

Mas, é em conseqüência deste mesmo movimento que, supostamente, coloca em risco as instituições⁶ modernas, que surge uma onda reformista que se não as reforça, pelo menos as restitui.

Contrariamente ao que tudo indica, um dos motivos da solidificação das corporações universais que hoje se pode perceber, se deu justamente por conta do que lhes foi apontado como ponto nefrágico. Uma vez evidenciadas tais fragilidades puderam ser dribladas, escamoteadas, suspensas ou principalmente reformuladas, mas não foram ultrapassadas. Resulta disto o avesso da proposição que se desenhava, pois não apenas possibilitou a continuidade, mas principalmente causou o revigoreamento do aparato institucional moderno.

Esse processo de reformulação não é exclusividade deste período, mas característico. Apesar das instituições terem um papel regulador a cumprir, necessitam de uma certa permeabilidade de maneira que possam empreender movimentos de criação e/ou reestruturação que garantam certo dinamismo, sem contudo mudar-lhes o molde. É uma

³ Segundo Hervey (2001), mesmo que tenha fracassado em relação a seus próprios termos, o movimento de 1968 deve ser considerado arauto cultural e político da subsequente virada.

⁴ Gilles Deleuze, *Conversações*, 1992.

⁵ As relações teoria-prática são parciais e fragmentárias. Uma teoria é sempre local, relativa a um pequeno domínio e mesmo que possa ser aplicada a outro domínio, as relações nunca são de semelhança.

⁶ O uso deste termo não se limita ao nível jurídico político comumente utilizado, mas é empregado no sentido dado por Durkheim, para quem as instituições definem tudo o que está estabelecido. Quer dizer, o conjunto do que está instituído. Segundo Lapassade (1989) o termo instituição surge oficialmente em 1952 e percorre mudanças em seu sentido. Numa primeira etapa o termo referia-se a cuidados à enfermos pela internação, pela institucionalização, depois passou a significar todas as organizações com existência material e jurídica para finalmente se chegar a uma idéia de forma geral, universal e estrutural única, surgida em dado momento histórico e logo encontrada em toda parte. Este último entendimento é fruto dos movimentos anti-institucionais que por meio da negação das instituições forneceram dados que permitiram um entendimento do termo como sendo o que designa todos os grupos sociais oficiais, quanto os sistemas de regras que regulam tais grupos. Tanto os costumes, modos, preceitos, supertições, etc, como também constituições políticas organizacionais jurídicas.

questão de manutenção. Desta forma, são os movimentos chamados instituintes que, gerados por forças desejantes revolucionárias, por atos de resistências; criam e/ou reestruturam as instituições em contrapartida a sua tendência de estagnação.

A partir das ponderações acima e para outras mais, pode-se observar este reformismo em várias instituições, mas no caso deste estudo interessa focar a instituição sindical, especificamente docente. Por isto não se justifica somente por especificidade de inserção profissional, ou experiência pessoal, mas principalmente pela opção por uma política de verdade em que, abordar o sindicalismo docente não difere de tomar qualquer outra instituição.

Contudo, neste trabalho⁷ não se procura demonstrar ou analisar generalizações, mas sim o oposto. A política de verdade com que se opera, que tem o pensamento de Michel Foucault como norte, é absolutamente antagônica ao suposto da universalização. Também não está em jogo o estudo sobre a instituição em si, pois o que se pretende não é o enfoque da estrutura institucional formal em seu valor universal, mas pesquisar como, neste caso, docentes sindicalistas, se constituem e se reconhecem como tais neste espaço institucional.

Não se trata portanto de racionalização da teoria política, mas dos diversos modos de subjetivação⁸ que se constituem como efeitos de políticas de individualização bastante próprias a um pensar localizado.

No entanto a construção de específicos modos de subjetivação, localizada em qualquer instituição seja escola, universidade, asilo ou sindicato, não é também por isso entendida como generalidade, pois o que é comum são as lógicas que dirigem procedimentos, práticas, discurso e saberes específicos que as constituem. As subjetividades que se forjam podem e geralmente se assemelham, mas não são universalidades. São efeitos de uma matriz que assegurando sempre os mesmos

⁷ Apesar de operar num enfoque que jamais pretende qualquer tom finalístico ou conclusivo, salienta-se a posição ainda embrionária de pesquisa em desenvolvimento deste trabalho.

⁸ Modos de subjetivação são práticas que produzem subjetividades. Estas por sua vez são resultados de práticas e modos de subjetivação e objetivação. Os modos de subjetivação se referem a maneira como governamos, nos governamos e somos governados. Ou seja, jeito de ser, agir e reagir, mas que não se alicerça em nenhuma teoria psicológica. Sabe-se que abordar modos de subjetivação e subjetividades significa inserir uma série de outras tantas ponderações, entretanto, neste trabalho, modos de subjetivação e subjetividades – termos intimamente ligados, mas não sinônimos – serão abordados conforme as contribuições de Foucault e Deleuze.

procedimentos e discurso; por este entremeio modela subjetividades que por escolha, são aqui sindicais docentes.

No que se refere a professores, é curioso perceber como a estratégia de reunir-se é posta em prática continuamente. Em geral, professores se sentem amparados quando de alguma forma estão ligados a uma entidade pública de estatuto jurídico, quando em busca de seus direitos estão inseridos na legalidade. Possivelmente, este seja um dos motivos pelos quais sindicatos se apresentam como o modelo ideal no associativismo trabalhista e são majoritários no Brasil, pelo menos entre docentes.

A questão deste estudo é de justamente problematizar o sindicalismo docente no que lhe confere generalidade e lhe institui universal, numa experimentação do pensamento de Michel Foucault da maneira como ele mesmo solicitou: como uma caixa de ferramentas da qual se podem fazer usos diversos, exceto o uso tipo citação ou comentarista, pois pensar com Foucault significa evitar o lugar de rebanho, abdicando da posição de discípulo e se colocar no jogo das verdades e nele se posicionar como um experimentador de tudo o que se intitula universal, ocupando-se do como ao invés do porque.

O trabalho de Foucault não é de construção de uma teoria que se possa seguir, nem de organização geral para um contexto, mas de digressões – como ele mesmo nomeia – empíricas a respeito da relação poder e saber, entendido este como saber científico.

É nesse sentido que o pensamento de Michel Foucault se faz não como uma política de verdade apropriada, mas como atitude experimental que é *genealógica* na finalidade e *arqueológica* na forma. Arqueológica por não procurar pelo universal no sindicalismo docente, mas trabalhar tanto com os discursos como com os acontecimentos em si. Genealógica pela dedução da contingência que constituiu professores sindicalistas da maneira como os constitui e pelas possibilidades de não mais assim se constituírem.

Desta forma, o que singulariza o sindicalismo brasileiro está nos acontecimentos dos começos até sua institucionalização⁹, que na política de verdade em que se opera não

⁹ Institucionalizar é dar forma de instituição a algo ou alguma coisa material ou imaterial. Quer dizer, são movimentos, atos, procedimentos, formas e crenças que se cristalizam por todo corpo social de modo a ocorrerem mais ou menos iguais por todas as partes em que se localizarem. O sentido com que este termo é empregado nesta passagem do texto não se refere somente ao ato de tornar instituição, mas ao ato de fazê-lo legalmente. Ou seja, se refere ao procedimento legal que reconhece o sindicalismo oficialmente como uma instituição.

aludem aos grandes feitos ou aos grandes heróis, mas às relações de força, confiscos, dominações que enfraquecem e/ou ampliam no embate, na luta das forças de vida.

Em termos de América do Sul, os caminhos traçados pelo sindicalismo brasileiro foram e são bastante aproximados dos demais países que, da mesma forma, viveram e sobreviveram a regimes ditatoriais. Nestes países, a intervenção exacerbada do Estado nas relações de trabalho constitui uma relação de forças que mais ou menos se assemelham, e que afetaram diretamente os movimentos de trabalhadores não só nos períodos totalitários em questão, mas também se estenderam aos períodos posteriores a estes.

Mesmo que as primeiras associações trabalhistas tenham surgido no Brasil, tanto quanto nas demais partes do mundo, em resistência ao direito de propriedade sobre os meios de produção e força de trabalho, gerador de conflitos inerente à disputa de interesses de renda entre o capital e o trabalho; em relação aos países mais desenvolvidos são embates bastante diferenciados.

Na fase de industrialização em que as relações de produção entendidas como sendo de cunho privado ainda perduravam, os primeiros movimentos dos trabalhadores brasileiros foram de proliferação associativa, tanto do ponto de vista organizacional como das concepções. Coexistiam associações trabalhistas, ligadas não só por força de convicções, como também por vários outros critérios: origem imigratória, localização geográfica, ocupação, etc ¹⁰. Entre estas, a força majoritária foi o anarco-sindicalismo.

Favoráveis à diversidade associativa, os anarco-sindicalistas defendiam autonomia total e repudiavam qualquer forma de dominação, inclusive de cunho político partidário. Isso, no entanto, não significava que não pretendessem a unidade. Entendiam que ela deveria resultar da livre associação, rejeitando, então, qualquer idéia que significasse alguma restrição à liberdade pessoal. Negavam-se também a qualquer estrutura hierárquica no movimento trabalhista, contrariando a idéia de Federações ou Corporações.

Concomitantemente, sindicalistas da vertente marxista lutavam por legislação trabalhista como forma de amparar os trabalhadores, ao mesmo tempo em que a maioria deles, tanto quanto o patronato, continuava a entender que a locação da mão de obra era

¹⁰ Vale ressaltar que a bibliografia sobre o início do sindicalismo no Brasil restringe-se quase que exclusivamente ao estado de São Paulo, principalmente à cidade de São Paulo e vizinhanças, que por ter sido a região onde a industrialização do país se iniciou, é provavelmente também pioneira nos movimentos organizados de trabalhadores.

um ato privado e que somente as partes diretamente envolvidas interessava. Desta compreensão das relações de trabalho no âmbito do privado, resultava encaminharem os movimentos de pressão para coibir o arbítrio sobre as condições de trabalho diretamente aos chefes imediatos, encarregados e donos de empresas.

Por sua vez o anarco-sindicalismo, adepto da ação direta, mas entendendo as relações de trabalho por outro ponto de vista não privatista, resistia a legalização das relações trabalhistas não só pela idéia de autonomia, mas principalmente pela premissa de derrocada do Estado. O legalismo, argumentam, dirige o sindicalismo para dentro do aparato estatal. Ou seja, o sindicalismo, num jogo de forças normatizado favorece ainda mais a ação governamental.

O que possibilita e mantém o governo é justamente a possibilidade da poliarquia, ou seja, sua capacidade de administrar diferentes interesses. Um ato em cuja cena, sindicatos desempenham governabilidades.

Portanto, a diversidade associativa trabalhista que existiu no início do sindicalismo brasileiro não foi decorrente da fluidez ou da unidade de concentração das distintas formas, mas da diversidade de concepções dos agrupamentos sindicais da época.

Entretanto, a difusão de concepções estatais da ordem econômica e o alargamento do Estado, principalmente durante o Estado Novo¹¹, obstaculizaram a diversidade nos movimentos trabalhistas, aniquilando por isto mesmo o anarco-sindicalismo que, findado o período, desaparece do cenário trabalhista brasileiro.

A força do esquema sindical baseado na heteronomia, centralidade e unicidade, oposta ao anarco-sindicalismo, que interessava significativamente aos novos ditames do Estado, favoreceu o sindicalismo de cunho marxista, já que este estrategicamente vinha aproximando o partido comunista aos sindicatos, uma vez que a questão estava justamente em fortalecer o partido através do sindicalismo - e não o contrário - a organização de uma estrutura sindical centralizada é tremendamente facilitada pela importação do modelo bolchevista de organização sindical hierárquica¹².

Até os anos 30 o anarco-sindicalismo, o sindicalismo de concepção socialista, anarquista, marxista e outros mais, faziam o movimento trabalhista brasileiro. Mas a partir

¹¹ Período da ditadura de Getúlio Vargas que vai de 1937 à 1945.

¹² Para um maior aprofundamento destes acontecimentos vide SIMÃO, A. Sindicato e Estado. São Paulo: Dominus-Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

dos anos 30, o Estado, que já havia tateado em direção as primeiras intervenções jurídicas no mundo do trabalho em continuidade a sua intenção expansionista, legaliza as relações trabalhistas com base na perspectiva sindicalistas marxistas, fazendo sumir definitivamente do cenário trabalhista a diversidade de concepção associativa. O sindicalismo então se cristaliza como representatividade única, hierárquico e centralizado e junto a outras forças sociais, políticas e econômicas, não só exige que o Estado tutele e cuide da população, mas que no caso dos trabalhadores o faça a partir e por intermédio exclusivamente de si.

Portanto, a institucionalização do sindicalismo acontece distintamente a sua emergência uma vez que acontece num modelo e concepção únicos e como resultado da ação de alguns grupos políticos, principalmente os marxistas que, pactuados¹³ com o governo da época, passaram a controlar a organização sindical como exclusivos representantes dos trabalhadores.

O rápido exame da emergência do associativismo entre trabalhadores no Brasil permite assim destituir a naturalização com que se apresenta atualmente, não só entre sindicalistas, mas por toda a sociedade, o atual modelo sindical, uma vez que desvela sua universalidade oriunda da relação de forças que, por omitir uma de suas partes, se perpetua como única.

A legislação brasileira na última reforma – 1988 - reforçou a naturalização do modelo sindical ao afirmar que sendo livre a associação de trabalhadores, o sindicato é a forma representativa oficial¹⁴. Portanto, grosso modo, sindicatos são associações cuja existência independem do grau de apoio dado por seus representados ao modelo na medida em que somente este é possível.

Justifica-se mais uma vez o fato de que, dadas as mais variadas alterações no movimento sindical da época até hoje, permanecem estruturalmente mantidas heteronímia, centralidade e principalmente unicidade de modelo.

Porém, no que tange a sindicalismo docente, este no Brasil se situa fora da tradição da relação empresa, governo e sindicato e paradoxalmente toma força exatamente

¹³ Alguns autores qualificam como “conchavo” a ligação que o sindicalismo marxista passa a ter com o governo da época no intuito de garantir a supremacia no movimento dos trabalhadores.

¹⁴ Constituição Brasileira de 1988, art.8º, incisos I ao VIII.

quando a governabilidade passa a ter outro desenho¹⁵, nada favorável a perspectiva sindical. É na década de 80, quando o neoliberalismo enfraquece o movimento sindical de um modo geral que inversamente sindicatos docentes¹⁶ passam a se instituírem separadamente e adquirem importância pela relação de negociação que estabelecem com o governo federal¹⁷.

Contudo, hoje vivemos um tempo em que, a despeito da representatividade ainda ser necessária, o investimento maior é na participação ativa de cada um individualmente e de todos coletivamente. Cada um e todos são conclamados a participar, não mais unicamente sob custódias representativas universais, como o caso sindical, mas ativa e pessoalmente, sob pena de exclusão. Está em alta o cidadão participativo.

A cidadania, angariada na democracia, é valor que funciona como elo mediador pois participar, incluir-se e estar incluso é sua realização. Todos são e estão capturados na inclusão, pois na sociedade nomeada de controle¹⁸, não há exclusão¹⁹, mas extensiva e intensiva inclusão.

¹⁵ Entre final da década de 80 e início da década de 90, o neoliberalismo se faz importante no país. A política da livre negociação entre trabalhadores e empresários, sem a mediação do Estado, ou com a mínima tutela desse, explode por isso os sindicatos gerando uma forte crise, enfocada por vários autores em diversos trabalhos de pesquisa. O que se pretende é apontar a diferença do sindicalismo docente no contexto de inserção sindical.

¹⁶ Nessa época ainda Associações Docentes (AD), pois a lei coibia a formação sindical. Na prática essas ADs se organizavam como sindicatos. Assim que a lei permitiu, todas as ADs se transformaram em sindicatos. Um dado que reforça o quão forte sempre foi o modelo sindical.

¹⁷ O grupo de trabalhadores que exercia maior pressão reivindicatória sobre o governo era o funcionalismo público. Os docentes representavam – e ainda representam - o maior contingente dentre estes. Nesta época o sindicalismo docente toma a frente no movimento sindical nacional.

¹⁸ A sociedade de controle, é para Passetti (2002) uma continuidade do investimento na produtividade do corpo que vai se aperfeiçoando e acumulando. Na sociedade de soberania, que antecede a disciplinar, castiga-se. Na sociedade disciplinar, que antecede a de controle, busca-se utilidade econômica e docilidade política. E na sociedade de controle exige-se participação contínua e fluxo inteligente. Contudo, a sociedade de controle é mais bem explicada em contraste com a disciplinar – tomada em nota mais adiante- pois se caracteriza ao mesmo tempo pela intensificação e síntese dos aparelhos de normalização característicos dessa sociedade disciplinar, que foi exaustivamente descrita por Foucault segundo o molde, a fábrica, a escola, o exame, a assinatura, a palavra de ordem.

A sociedade de controle, inversamente a disciplinar, leva o controle para fora das instituições disciplinares, que atua então mediante redes flexíveis e flutuantes. Na sociedade de controle, os lugares são redefinidos por fluxos e os confinamentos são modulações – não mais moldes, como na disciplinar. O interesse agora, na sociedade de controle, não esta mais no corpo propriamente mas no que dele se possa extrair. É preciso então criar condições para que todos e cada um se sintam produtivamente atuando; por isso a participação, engodo de que se está decidindo, é questão de existência. A inclusão condição para participar, é a grande bandeira da sociedade de controle que Passetti adjetiva como “*Sociedade de Plenos Direitos*”, pois não se trata mais de um mundo que discipline as forças, mas que as ocupe e as consagre agentes do próprio controle na exata medida em que clamam por participar, por fazer parte. A questão não está mais unicamente em docilizar, mas em criar dispositivos que promovam a adesão contínua de todos. Na sociedade disciplinar os meios de confinamento por que passam os indivíduos se configuram como variáveis independentes onde a cada vez se inicia do zero e nos quais não se cessa de recomeçar (da casa à escola, da escola à fábrica, da fábrica ao

A febre atual pelos movimentos identitários, é mostra do pleito pela inclusão num equivocado processo de construção de liberdades. Bandeiras identitárias conclamam por direitos. O diferente ao lutar contra a exclusão exigindo o atendimento de seus direitos, implementa normalizações. Direitos, então, não passam de processadores de inclusões.

Contudo, apesar destas questões fazerem parte do universo de pesquisa, não se trata de procurar por suas respostas a elas ou a quaisquer outras. Trata-se de suscitar problematizações sobre como processos de naturalização vão se instituindo e quais modos de subjetivação se modelam nestas construções.

Concomitante, a naturalização que faz perpetuar o modelo sindical, há uma tendência, uma quase prática, em imprimir-lhe certo tom de decadência. Quer seja numa conversa de esquina, na mídia de uma forma geral ou em estudos acadêmicos, é bastante comum qualificar o sindicalismo como ultrapassado.

Observada a quantidade e pulverização com que ocorre por todos as (im)possibilidades geográficas e categorias trabalhistas brasileiras, não só por questões legais, mas por vontade de criação, não há nem retirada, nem diminuição de intensidade do movimento sindical que justifique suposta decadência. Entretanto em função de certo descompasso a realidade atual, torna-se plausível tal suposição pela constatação inequívoca de que inexistem postos de trabalho para todos. A demanda sindical reivindicatória então não está mais prioritariamente no salário e nas condições de trabalho, mas na manutenção e expansão da empregabilidade. Isso exige dos sindicatos outro envolvimento com e no trabalho.

Neste novo cenário, permanecem em foco os efeitos de governabilidade da ação sindical, mas com o diferencial de estarem agora explícitos.

Outrora a ação sindical agia como força de pressão contra patronato e aparato estatal desempenhando função duplicada no jogo, pois se por um lado se opunha às forças

quartel...) enquanto na sociedade de controle nunca se termina nada: a educação permanente, a formação continua... E é exatamente esse inacabado que fortalece a confiança na integração e conseqüentemente gera uma busca continua por maior produtividade. A sociedade disciplinar, nos diz Deleuze (1992), é a sociedade da quitação aparente e a de controle – que ultrapassa sem suprir por completo a disciplinar – é a moratória ilimitada.

¹⁹ Apesar da exclusão ser o grande inimigo contra o qual se agregam forças, ela, na verdade, não existe, pois o que temos é um processo maciço de inclusão onde todos estão capturados. Os conceitos de exclusão se constituem a partir do que é inclusivo: o analfabeto é excluído pela alfabetização, portanto está incluído nesse critério. A homossexualidade é excluída pela heterossexualidade, portanto por ela incluso numa modelagem sexual.

governamentais em favor dos trabalhadores, por outro recuperava esta mesma força na medida em que dela exigia intervenção e controle nas e das relações de trabalho, claro, sempre em favor de seus interesses. Ou seja, uma disputa onde a coação não está direcionada ao modelo, mas à direção encaminhada pelo modelo. Uma ação cerne de governabilidade, mas que no entanto está opacizada pelas práticas e discurso de resistência.

O que está agora em pauta como condição de continuidade da instituição sindical é a necessidade de criação de mais vagas no mercado de trabalho de modo a que todos possam dele participar. É imperativo desenvolver uma performance que melhor se ajuste a exigências por empregabilidade. É preciso então abdicar da posição meramente reivindicatória em prol de uma postura propositiva, o que explicita um papel de governabilidade – que não lhe é inusitada - mesmo se situando como uma resistência. Discurso e práticas sindicais meramente reivindicatórios encontram assim seus limites.

Neste contexto, as análises sobre o sindicalismo brasileiro ocorrem de forma ligeiramente acentuada no mundo acadêmico e podem ser genericamente agrupadas em duas vertentes. Uma que reforça o papel sindical de resistência ao poder do Estado, objetivando reformulações pró-coletivistas. Outra de crítica a desvinculação entre o que se diz e o que se faz, supondo uma teoria que, imersa num discurso, na prática não consegue se fazer realidade. A primeira ignora a posição de manutenção ao modelo estatal intervencionista e oculta o papel de governabilidade. A segunda, soma a isso a pretensão de reformular uma prática sindical ou construir arcabouço teórico que ampare o fazer. Em comum, a busca pela eficiência e eficácia sindical, que perseguida pela maioria, estabelece continuidades teóricas a respeito do tema. O equívoco é de negligência a conspiração intervencionista no jogo de forças das relações de trabalho. Neste sentido, não se tratando de defesa ou proposta deste estudo, vale ressaltar que a concepção liberal, avessa ao intervencionismo, se mostra bem mais próxima a construir possibilidades liberadoras do que, no caso, propostas coletivistas. Contudo, por se tratar de perspectiva avessa ao que a supremacia sindical dita em relação ao papel do Estado, tal perspectiva é altamente rechaçada nos meios sindicais.

O “problema” no estudo sobre a questão sindical não está na elaboração de uma práxis consistente, mas na ignorância de que discurso e prática se constituem distintamente e necessariamente operam em separado. Procurar adequar teoria e prática além de inócuo,

resulta em reforma e reformar é sempre ajustar, acomodar, integrar, manter fazendo parte. Encontrar caminhos que garantam eficiência, não abala o sindicalismo naquilo que lhe institui como modelo - sua arquitetura matricial.

Neste sentido, a adoção da política de verdade que toma o pensamento de Michel Foucault como norte decorre numa inversão da direção geral de análise sobre sindicalismo. Entender poder não como poder soberano, oriundo da razão do Estado, mas como estratégia, resulta compreender sindicatos como máquinas – tal qual demais instituições organizacionais - que praticam políticas de individualização e que para funcionarem precisam que as palavras tenham uma dizibilidade e as coisas uma visibilidade outra.

O que põe em funcionamento os sindicatos não são seus objetivos, suas lutas com suas vitórias e derrotas, a determinação de seus membros ou seu regimento interno, mas sua arquitetura matricial. Todas as vezes que a maquinaria sindical opera é a partir da mesma matriz que se arma, se monta e se desmonta²⁰.

Nesta maquinaria entre a prática e o discurso, inscrevem-se verdades que mesmo nada tendo a ver com o que se vive, modelam determinados modos de subjetivação.

As práticas se fazem em procedimentos diários, nos modos de relações interpessoais e permeiam todo jeito de ser de modo que, da mesma forma que acontece com religiosos, mas não à toa, não é difícil localizar sindicalistas dentre as pessoas.

Sempre repetidas, as práticas se encontram em documentos, nas maneiras de conduzir ações institucionais e pessoais, nas greves – hoje talvez menos extensivas, mas não menos freqüentes²¹ - nos movimentos reivindicatórios, nas assembleias, reuniões de diretorias, enfim, nos procedimentos em geral seja lá qual for o enredo, cronologia,

²⁰ Se instituições necessitam de maleabilidade à movimentos instituintes como mecanismo de sobrevivência, no caso sindical ocasionalmente ocorrem em suas organizações algumas praticas dissonantes que podem angariar certo espaço inovador. Contudo, costumam ocorrer de forma a não abalar a lógica que põe em funcionamento o sindicato, ou por ela se deixam capturar, caracterizando-se então como meros reformismo.

²¹ A despeito de raramente conquistar o atendimento aos objetivos que lhe motiva, a greve ainda é insistentemente a mais importante estratégia de ação sindical utilizada. Até mesmo quando não angaria número suficiente de adeptos, continua a se instituir como prática recorrente. Segundo Azis Simão (1966) a greve deve ser analisada não somente como ações que visam alterações nas normas de trabalho, mas como inclusão de um *procedimento* social nas relações de produção e que por isso, acrescenta-se, seguem sempre um padrão. A ação grevista é sempre igual independentemente do setor, categoria ou período em que ocorre. O que difere são os resultados dela obtidos. Estes são de ganho ou perda de acordo com uma série de condições culturais, político e econômicas estabelecidas nos diferentes contextos de conflito e que independem da ação de greve ter sido mais ou menos contundente.

categoria ou classe de trabalhador. Através da reprodução de rotinas as práticas conduzem a funcionamentos mecânicos contínuos e idênticos.

O discurso sindical também é uma constante. Irredutível a qualquer outro, é sempre de revolução, de mudança, de vitimização do trabalhador, de identificação de um poder central, do tipo estatal. Por isso o Estado – ministério e secretarias de educação - a direção, a reitoria, a atual gestão... é o inimigo a ser enfrentado para, uma vez tomado seu lugar, modifica-lo em prol do bem comum. Uma utopia agregadora que pacificando para um fim, constrói os motivos por que lutar. Entre o visível (práticas) e a construção de verdade (o discurso) da maquinaria sindical, incompatíveis e assim necessários, institui-se a utopia que ao procurar conjugar fala e prática, alimenta tanto ela mesma como o agir sindical. A busca pela ação coerente ao discurso, recorrente em estudos acadêmicos, é uma estratégia de manutenção com toda a positividade que lhe possa ser atribuída, pois libera-la significa deixar emergir o improvável da existência sindical para os fins que se propõe.

É entre um e outro – discursos e práticas – e no interior da utopia de unificação destes, que modos de subjetivação, jeitos de ser, de ver o mundo, de relacionar-se, de governar, de ser governado e se governar são modelados compondo comportamentos, aqui importando os sindicais.

Porém, estudar modos de subjetivação é estudar também seu reverso obrigatório, uma vez que correlações de forças não existem senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistências que, inerentes às relações de poder, jamais se encontram em posição de exterioridade a elas. As resistências representam o papel de adversário e são para Foucault, o outro termo nas relações de poder.

É nesse espaço – que não significa lugar, mas subjetivações - que nos processos de poder, pessoas são subjetivadas e que como um seu efeito, aceitam como fato o que é fictício. É esse caráter subjetivado do professor sindicalizado que permite que a fala, tanto em nível de ensino como em nível de comportamento individual ou coletivo, diga coisas com convicção de verdade que no funcionamento da vida nada tem de similar. Tudo isto transita sem qualquer estranhamento tanto pela vida de docentes engajados²² quanto pela percepção de não engajados. São naturalizações perfeitamente aceitas e sequer percebidas como tal.

²² São professores não só militantes, mas dirigentes de entidades sindicais docentes,

É exatamente nos efeitos desses processos de subjetivação que se encontram os que mesmo submetidos a uma outra lógica, instintivamente (ou não) se dão conta de que não se trata de oposição teoria-prática. E ainda dentre estes, não aqueles que lutam loucamente para fazer coincidir a fala e o fazer (os que resistem) e sim *possivelmente* aqueles que interessados em calar um discurso sem lugar, inventam outras formas em uma máquina posta. Nestes, resta buscar ainda a probabilidade daqueles que destronam o instituído não para reinventá-lo, mas para buscar modos continuamente instituintes de ação. Estes configuram aquilo que Deleuze nomeou “linhas de fuga”²³.

Quer dizer uma tentativa de não só apontar a maquinaria sindical como estratégia de políticas de individualização que formatam modos de subjetivação, mas nestas, quais como produto são assimilados, resistem, ou escapolem e que constantemente atravessam e são atravessados uns pelos outros, pois não há fixação de um modo, ou de modos de subjetivação. O que há são atravessamentos constantes de uns e outros, bem como de uns nos outros.

São estes modos de subjetivação e suas relações que se problematiza aqui e que, em última análise, especulamos sobre até que ponto e como reiteram a mesma ordem. Uma busca do que pode haver de ruptura e o que pode haver de continuidade nos modos de subjetivação docente, neste caso em sindicatos.

Vivemos hoje a materialidade da sociedade de controle. Antes, na sociedade disciplinar a vigilância para se instalar necessitou de um sistema minucioso de coerções materiais apoiadas num princípio econômico de poder disciplinar, onde o comando social está constituído por uma rede difusa de dispositivos que produzem e regulam costumes, hábitos e práticas produtivas. A obediência a essas regras e aos mecanismos de exclusão e inclusão é forjada no seio de instituições disciplinares tais como a família, escola, hospital, prisão, fábrica ... enfim, por uma série de espaços fechados que se intercomunicam em circuitos rígidos e por onde, de um ao outro não se cessa de passar e nos quais forjam-se moldes fixos que localizam constantemente – pai de família, operário, aluno, sindicalista... Foucault analisou como maquinicamente funcionam estes meios de confinamento: concentrar, distribuir no espaço, ordenar no tempo, compor força produtiva superior a soma

²³ As linhas de fuga não são nem da ordem do discurso, nem da ordem da maquinaria. São da ordem da subjetivação e estão sempre a procura de saídas – no sentido de se colocar fora da lógica estabelecida – furam resistências, bloqueios, condensações, enfim, pontos fixos.

das forças elementares... e tanto quanto apontou que este modelo sucedia, sem eliminar, à sociedade de soberania; também indicou a transição da sociedade disciplinar a outra conversão.

Após a segunda guerra mundial, instituições disciplinares entram em crise. Uma economia de poder diferenciada do disciplinar, mas que não abstrai este, começa a tomar a cena.

A passagem da sociedade disciplinar para a chamada sociedade de controle de hoje é uma transmutação que não ocorre localizável, que não se permite capturar e se dá constantemente por intensificação e modificação da lógica disciplinar, pois, paradoxalmente, é na sociedade de controle que a disciplina se generaliza e se espalha por todo o campo social, mas nela assumindo modalidades mais fluidas, prescinde do confinamento, porém exacerba o controle. É Burroughs quem cunha de “controle” essa sociedade, mas é Deleuze quem analisa aquilo que Foucault reconheceu num futuro próximo.

Na sociedade de controle, contrastando com a sociedade disciplinar²⁴, o controle se pulveriza em redes flexíveis e flutuantes assegurando que a obediência consuma por inteiro cérebro e mente, exigindo do “cidadão comum” sua opinião, sua participação. Os lugares antes bem demarcados cedem agora aos fluxos²⁵. O comando é distribuído por corpos e mentes dos indivíduos, onde comportamentos de integração e exclusão social são interiorizados e o poder é exercido mediante máquinas de organizar cérebro (sistemas de comunicação, redes de informação...) e corpos (bem-estar pessoal social via monitoramento da vida). Há uma síntese e intensificação dos aparelhos de normalização de disciplinariedade que tomam conta da vida.

É neste espaço-momento na sociedade de controle que a representação política mais se abala. Enquanto os lugares demarcados garantiam espaços definidos para tudo e todos, ela esteve em alta, mas quando as diferenças e a pluralidade são enfatizadas ela surta.

²⁴ Grosso modo, na sociedade disciplinar o controle é assegurado mediante uma rede difusa de produção e regulação de costumes, hábitos e práticas produtivas e a obediência às regras e mecanismos de inclusão/exclusão que sancionam comportamentos desviantes, é garantida por instituições disciplinares que organizam o terreno social e constrói uma lógica adequada a razão disciplinar. .

²⁵ A sociedade disciplinar, com seus aparelhos de produção, difusão e regulação dos costumes, hábitos e práticas, não é superada pela sociedade de controle da mesma forma que esta também não supera de todo a sociedade de soberania. Assim como a sociedade de soberania coexiste a disciplinar, também a disciplinar coexiste a sociedade de controle, que é complementada por seus dispositivos.

Sindicatos são instituições características da sociedade disciplinar, o exame de sua maquinaria facilmente assim o demonstra, no entanto, ainda que a sociedade disciplinar permaneça imbricada na de controle, que não tenha sido superada por essa; tal fato, por si só, não explica a permanência majoritária com que sindicatos docentes se instituem. Desta forma problematiza-se sobre como sindicatos permanecem modelo majoritário no associativismo na sociedade de controle - ao menos em relação ao movimento docente.

Na medida em que as estratégias de controle atuais dissipam as instituições, inclusive na macro-política²⁶, pessoas voltadas a resistir tendem a procurar um lugar familiar de controle: a igreja, a escola, o sindicato...uma instituição que tenha um instrumento jurídico público. Ilusão de que, na busca a um reduto à sociedade de controle estes espaços não tenham sido pulverizados. Neste sentido, a fala dos dirigentes sindicais, quer docentes ou não, é sintomática na medida em que clamam pelo resgate *aquela* luta, *aquela* modo de lutar, *aquelas* estratégias que no passado fizeram a grandiosidade do sindicalismo²⁷. Ou seja, uma busca por resistir como no passado.

O que se conjectura garante a permanência majoritária do sindicalismo docente na sociedade de controle, além do fato de que as instituições da sociedade disciplinar continuam tendo importância e significado nesta, é a persistência do instinto de resistência de docentes engajados. Neste caso, sindicatos significam um nicho de resistência à pulverização do controle e uma busca pela familiaridade da instituição disciplinar.

Buscou-se aqui focar a instituição sindical enquanto organização característica da sociedade disciplinar que, permanecendo na sociedade de controle, aponta para a tese de que sua permanência se dá em virtude das subjetividades que aí se forjam, na medida em que, acredita-se, significam resistências aos modos de subjetivação da sociedade de controle. Ou seja, um paradoxo, pois sindicatos se intitulam vanguarda.

Portanto, esta comunicação de pesquisa em andamento - por isto mesmo - se faz parcial na medida em que, conforme o leitor percebe, trata-se agora de na busca por uma análise do engajamento docente em sindicatos, focar modos de subjetivação e subjetividades na contemporaneidade do sindicalismo docente brasileiro.

²⁶ A dissipação, pelo menos comercial, dos Estados no internacionalismo, dos hospitais em atendimento doméstico, das escolas pela educação permanente e pela educação à distância, a pulverização do policiamento por toda sociedade, etc.

²⁷ Estas falas não foram detectadas através de nenhum procedimento intencional de pesquisa, mas percebidas na experiência pessoal com e em sindicatos docentes.

BIBLIOGRAFIA:

- ALLIEZ, E. Org. “*Gilles Deleuze: Uma Vida Filosófica*”. Coordenação da Tradução Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Ed. 34. 2000.
- _____. “*Deleuze Filosofia Virtual*”. Tradução Heloísa B. S. Rocha. São Paulo: Ed. 34. 1996.
- ARAUJO, I. L. “*Foucault e a crítica do sujeito*”. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.
- CHAIA, M. “*Intelectuais e Sindicalistas – a experiência do Dieese: 1995-1990*”. Ibitinga, Editora Humanidades, 1992.
- _____. “*Trabalho. Entre a política e o conceito*”. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação Seade, v.9, n.3, jun/jul. 1999.
- CARDOSO, A. M. & RODRIGUES, L. M. “*Força Sindical: Uma Análise Sócio Política*”. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- DERRIDA, J. & RUDINESCO, E. “*De que Amanhã...Diálogo* Tradução André Telles. São Paulo: Jorge Zahar Ed., 2004.
- DELEUZE, G. “*Conversações*”. Tradução Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1992.
- _____. “*Empirismo e Subjetividade. Ensaio Sobre a natureza Humana Segundo Hume.*”. Tradução Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34. 2001.
- _____. “*Crítica e Clínica*”. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34. 1997.
- FIGUEIREDO, L. C. “*Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos*”. São Paulo, Editora da PUC-SP, 1995.
- FOUCAULT, M. “*História da sexualidade: o uso dos prazeres*”. 9. ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 2001.
- _____. “*História da sexualidade: A vontade de saber*”. 13. ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 1999.
- _____. “*História da sexualidade: o cuidado de si*”. 6. ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. “*A ordem do discurso*”. 6. ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola. 2000.
- _____. “*As palavras e as coisas*”. 8. ed. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes. 2000
- _____. “*A arqueologia do saber*”. 6.ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2002.
- _____. “*Em defesa da sociedade*”. Curso no Collège de France (1975 – 1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes. 2000.
- HARDT, M. & NEGRI, T. “*Império*”. 2.ed. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARVEY, D. “*Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural*”. 10.ed. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola. 2001.
- LAPASSADE, G. “*Grupos, Organizações e Instituições*” 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- ORTIGOSA, J. C. “*El Analisis Institucional*” Madrid: Campo Abierto Ediciones, 1977.
- MANFREDI, S. M. “*Formação Sindical. História de Uma Prática Cultural no Brasil*”. São Paulo, Escrituras Editora, 1996.

- MOREY, M. Introdução. In: FOUCAULT, M. *“Um Diálogo sobre el poder”*. Madrid: Alianza Editorial, 2000. p. 1-6.
- OLIVEIRA DO CARMO, M. A. *“Política, história e modernidade: a questão da atualidade em Michel Foucault”*. Rio de Janeiro, 2002. 111 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PASSETTI, Edson. *“Anarquismos e Sociedade de Controle”*. São Paulo, Editora Imaginário, 2004.
- _____. *“Sociedade de Controle e Abolição da Punição”* São Paulo, Revista São Paulo em Perspectiva, v.13, n.3, jul-set/1999.
- RODRIGUES, L. M. *“O Sindicalismo nos anos 80: um balanço”*. São Paulo Em Perspectiva. São Paulo, fundação Seade, v.4, n.1, jan/mar. 1990.
- _____. *“Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil”*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
- _____. *“CUT: Os militantes e a ideologia”*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- _____. *“Destino do Sindicalismo”*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999.
- _____. *“O Declínio das Taxas de Sindicalização: a década de 80”*. São Paulo, Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.13, n.36, fevereiro, 1998.
- _____. *“Tendências Futuras do Sindicalismo Brasileiro”*. In: RATTNER, H. (org.). Caminhos Alternativos do Desenvolvimento Brasil 1990. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- RORTY, R. *“A Filosofia e o Espelho da Natureza”*. Lisboa: D. Quixote, 1998.
- SANT’ANA, D. B. de. *“Corpos de Passagem. Ensaio sobre a subjetividade contemporânea”*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- TAVARES DE ALMEIDA, M.H. *“Crise econômica & Interesses Organizados. O Sindicalismo do Brasil dos anos 80”*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo-Edusp, 1996.
- _____. *“O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança”*. Sociedade e Política no Brasil pós-64, São Paulo, Editora Btrasiense, 1983.
- _____. *“Difícil Caminho: sindicatos e política na construção da democracia”* In: REIS, F.W. & O’DONNELL, G. (org.). A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas. São Paulo, Vértice, 1988.
- VEIGA-NETO, A. *“Foucault & a Educação”*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. v.4: Coleção Pensadores e Educação.